

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA**

2 **77ª Reunião Plenária do CBH-SMT**

3 **COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SOROCABA E MÉDIO TIETÊ**

4 **Data:** 28/11/2025

5 **Local:** Auditório da Secretaria da Educação no Paço Municipal situado à Rua Itu 400 anos, nº
6 111. Novo Centro em Itu/SP.

7

8 No dia 28 de novembro de 2025, de forma presencial, no Auditório da Secretaria da
9 Educação no Paço Municipal situado à Rua Itu 400 anos, nº 111. Novo Centro, no
10 município de Itu/SP, foi realizada a 77ª Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica
11 do Rio Sorocaba e Médio Tietê - CBH-SMT, registrando-se a participação de 39
12 representantes dos segmentos: Sociedade Civil, Municípios e Estado, entre membros
13 titulares, suplentes e convidados conforme “Relação dos Membros Presentes na
14 Reunião”, apresentada abaixo. **1. Abertura:** A abertura dos trabalhos foi conduzida pelo
15 Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, representante da UFSCar-Sorocaba e Vice-
16 presidente do CBH-SMT, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Na
17 oportunidade, justificou a ausência por licença médica do Sr. José Carlos de Quevedo
18 Junior, Prefeito de Araçoiaba da Serra e Presidente do CBH-SMT, o qual, por meio de
19 vídeo, saudou os presentes e desejou um bom evento ao colegiado. O Sr. André Cordeiro
20 Alves dos Santos solicitou à Sra. Laura Stela Naliato Perez, Secretária-executiva do CBH-
21 SMT a confirmação do quórum, com a contabilização da presença de 13 representantes
22 dos municípios, 3 representantes do estado e 9 representantes da sociedade civil,
23 atestando a quantidade necessária para o início da reunião. Em seguida, a palavra foi
24 concedida ao anfitrião Sr. Herculano Castilho Passos Júnior, Prefeito de Itu, que
25 cumprimentou e agradeceu a presença de todos os membros, ressaltou compromisso
26 prático da gestão com o meio ambiente e que com a conclusão das obras o município
27 de Itu atingirá a universalização do esgoto tratado. Em seguida, a palavra é concedida à
28 Sra. Elizabeth Aparecida Assis Brandão, Secretária do Meio Ambiente do município de
29 Itu, que cumprimentou os presentes e agradeceu ao prefeito pelo apoio à questão
30 ambiental, elogiando as atividades realizadas e pretendidas, destacando as atividades
31 de plantio de árvore. O Sr. André Cordeiro convidou o Sr. Waldnir Gomes Moreira,
32 Secretário-executivo Adjunto do CBH-SMT, que saudou os integrantes e parabenizou a
33 gestão do município de Itu e desejou uma excelente reunião a todos. Em seguida a
34 palavra é concedida para a Sra. Laura Stela Naliato Perez, Secretária-executiva para
35 realizar suas saudações. Na sequência, solicitou ao Vice-presidente Sr. André Cordeiro a
36 inclusão de dois itens à pauta da reunião encaminhada na convocação realizada em 13
37 de novembro por mensagem eletrônica: o item 2.7. “Apreciação de minuta de

38 deliberação que aprova a adesão do colegiado ao Programa de integração dos planos de
39 bacias e do plano estadual de recursos hídricos – IntegraBacias no âmbito da elaboração
40 integrada dos planos de bacias hidrográficas e do PERH 2028-2031”; e o item 2.8.
41 “Moção de apoio ao fortalecimento e à manutenção do Sistema Integrado de
42 Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo – SIGRH”. Dando
43 continuidade, o Sr. André Cordeiro Alves dos Santos submeteu ao plenário a apreciação
44 da inclusão dos dois itens encaminhados pela Secretária-executiva na pauta da reunião.
45 Questionou os presentes quanto à possibilidade de inclusão e abriu espaço para
46 manifestações. Não havendo comentários, deu início ao processo de votação,
47 orientando que os favoráveis permanecessem como estavam e que os contrários se
48 manifestassem. Não houve manifestação contrária, restando aprovadas as inclusões dos
49 dois novos itens de pauta. A palavra retornou à Sra. Laura Stela Naliato Perez, que
50 realizou a leitura da Ordem do Dia. Foram apresentados para discussão e deliberação os
51 seguintes itens constantes na pauta: 2.1. Aprovação da Ata da 76ª Reunião Ordinária,
52 realizada em 14/08/2025, presencialmente no município de Botucatu/SP; 2.2.
53 Referendo da Deliberação Ad Referendum do CBH-SMT nº 503 de 16 de setembro de
54 2025, que aprova manifestação acerca da criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do
55 Rio Itapetininga (CBH-Itapetininga); 2.3. Apreciação de minuta de deliberação que
56 define cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando a
57 indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO – compensação
58 financeira/royalties e cobrança pelo uso dos recursos hídricos – referentes ao
59 orçamento de 2026, e dá outras providências; 2.4. Apreciação de minuta de deliberação
60 que aprova parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos
61 Hídricos (CT-PLAGRHI), do CBH-SMT, sobre o empreendimento PCH Parque das Lavras,
62 no município de Salto; 2.5. Apreciação de minuta de deliberação que aprova parecer da
63 Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI),
64 do CBH-SMT, sobre o empreendimento Loteamento Jequitibá II, localizado no município
65 de Boituva; 2.6. Apreciação de minuta de deliberação que indica representantes do CBH-
66 SMT para compor o Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBHs) e dá
67 outras providências; 2.7. Apreciação de minuta de deliberação que aprova a adesão do
68 colegiado ao Programa de integração dos planos de bacias e do plano estadual de
69 recursos hídricos – IntegraBacias no âmbito da elaboração integrada dos planos de
70 bacias hidrográficas e do PERH 2028-2031 e dá outras providências; 2.8. Moção de apoio
71 ao fortalecimento e à manutenção do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos
72 Hídricos do estado de São Paulo – SIGRH; 3. Informes; 4. Encerramento. Na sequência,
73 o Sr. André Cordeiro Alves dos Santos deu início ao item 2.1 Aprovação da Ata da 76ª
74 Reunião Ordinária, realizada em 14/08/2025, presencialmente no município de
75 Botucatu/SP, informando que a leitura do documento seria dispensada, uma vez que a
76 ata da 76ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de agosto de 2025, no município de

77 Botucatu, havia sido previamente encaminhada por correio eletrônico a todos os
78 membros. O Vice-presidente abriu a palavra para manifestações. Não havendo
79 manifestações contrárias, procedeu-se à votação, sendo aprovada a ata da 76ª Reunião
80 Ordinária por unanimidade. Em seguida, passou-se ao 2.2. Referendo da Deliberação *Ad*
81 *Referendum* do CBH-SMT nº 503 de 16 de setembro de 2025, que aprova manifestação
82 acerca da criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Itapetininga (CBH-
83 Itapetininga). O Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, por estar no exercício da Vice-
84 presidência do Comitê e acumular a função de Coordenador da CT-PLAGRHI – Câmara
85 Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, representando a
86 UFSCar – Campus Sorocaba, foi o responsável pela condução e leitura do item. Explicou
87 que o CBH-SMT recebeu um pedido da Diretoria de Recursos Hídricos – DRHi/SEMIL
88 solicitando manifestação sobre a proposta de criação de um novo comitê, o Comitê da
89 Bacia Hidrográfica do Rio Itapetininga. Esclareceu que a SEMIL, por meio de parecer
90 técnico, já havia indicado dificuldades burocráticas e legais para essa criação,
91 ressaltando que a segmentação excessiva pode prejudicar o funcionamento dos comitês
92 de bacias. A manifestação do colegiado concordou com o parecer da SEMIL, orientando
93 sobre a possibilidade de criar um subcomitê ou câmara técnica interna para tratar sobre
94 o referido rio, assim como a Câmara Técnica do Rio Tietê (CT-Rio Tietê) do CBH-SMT.
95 Informou que essa manifestação foi feita por meio de Deliberação *Ad Referendum*
96 devido aos prazos de resposta à demanda. Na sequência, a palavra foi aberta aos
97 presentes e o referendo da Deliberação foi colocado em votação; não havendo
98 manifestações contrárias, a proposta foi referendada por unanimidade pelo Plenário.
99 Em seguida entra em pauta o **item 2.3. Apreciação de minuta de deliberação que define**
100 **cronograma e regras para hierarquização de empreendimentos visando a indicação**
101 **para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO – compensação**
102 **financeira/royalties e cobrança pelo uso dos recursos hídricos – referentes ao**
103 **orçamento de 2026, e dá outras providências;** O Vice-presidente, Sr. André Cordeiro,
104 prestou esclarecimentos acerca dos procedimentos de inscrição de projetos para o ciclo
105 de 2026. Ressaltou que, habitualmente, a votação dos critérios de hierarquização ocorre
106 em conjunto com a aprovação do Plano de Ações e Programa de Investimentos (PAPI) e
107 do Relatório de Situação. Entretanto, informou que, excepcionalmente neste exercício,
108 houve um atraso na consolidação do Relatório de Situação. Está agendada para o dia 10
109 de dezembro uma reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão dos Recursos
110 Hídricos (CT-PLAGRHI) do CBH-SMT para a última discussão do PAPI e do Relatório de
111 Situação. O Sr. André ressaltou que tal discussão foi iniciada anteriormente, mas não foi
112 finalizada em função da demora no recebimento de dados oficiais do Governo do Estado
113 relativos à qualidade e quantidade de água, de modo que, no referido encontro, ambos
114 os documentos serão aprovados em caráter *ad referendum*. Adicionalmente, informou
115 que os recursos disponíveis para o próximo ano somam aproximadamente R\$ 13

116 milhões (treze milhões de reais), devido à ausência de atualização nos valores da
117 cobrança. A palavra foi concedida à Sra. Laura Perez, coordenadora do GT-Critérios, que
118 é o GT que propõe o edital de chamamento de projetos do próximo ciclo anual. A Sra.
119 Laura Perez explanou sobre o trabalho de atualização do cronograma, das regras e dos
120 critérios, fundamentado no histórico de trabalho e em ajustes necessários para o
121 próximo ciclo. Informou que a deliberação estabelece critérios gerais e específicos para
122 inscrição, análise e hierarquização de empreendimentos financiados com recursos da
123 cobrança e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH).
124 Relatou que a matéria foi discutida em três reuniões virtuais nos dias 02, 16 e 30 de
125 outubro, sendo a análise aprovada em reunião presencial da CT-PLAGRHI realizada em
126 06 de novembro, em Sorocaba. A proposta considera o Plano de Bacia (2016-2027), as
127 prioridades do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2024-2027 e a
128 disponibilidade financeira projetada. Quanto às vedações e pré-requisitos, informou ser
129 impeditiva a indicação de tomadores em situação de inadimplência definitiva, inscritos
130 no CADIN, com cobrança judicial em curso ou pendências documentais junto ao Manual
131 de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos
132 Hídricos). Ressaltou que empreendimento com fases anteriores não concluídas
133 tecnicamente, segundo o agente técnico do FEHIDRO, também não poderão ser
134 indicados. Sobre o cronograma para 2026, detalhou-se o período de inscrição no sistema
135 SINFEHIDRO de 08/12/2025 a 10/02/2026, seguido pela análise técnica e documental
136 de 11/02 a 20/03/2026. Informou-se que, entre 23 e 27 de março, os resultados
137 preliminares serão publicados no *site* do Comitê no portal do Sistema Integrado de
138 Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), com o posterior envio das propostas às
139 Câmaras Técnicas. Prosseguiu com detalhamento dos prazos para adequações e
140 recursos entre 01/04 e 08/05, e de 11/05 a 01/06 terá a análise de documento, inclusive
141 pelas Câmaras Técnicas. De 02/06 a 22/06, os tomadores poderão apresentar as
142 adequações solicitadas durante o processo de análise. De 23/06 a 29/06, haverá a
143 análise final dessas complementações e a divulgação do parecer técnico final. De 29/06
144 a 06/07, apresentação de recursos pelos tomadores. Até 13/07, haverá uma reunião da
145 CT-PLAGRHI para analisar eventuais recursos contra indeferimentos. Até 20/07,
146 ocorrerá a divulgação da listagem de empreendimentos inscritos que foram
147 classificados. Até 31/07, reunião da CT-PLAGRHI realizará a análise da pontuação dos
148 empreendimentos, a hierarquização e a divulgação do resultado. Por fim, a deliberação
149 pela Plenária ocorrerá até 21 de agosto, visando atender ao prazo final 28 de agosto
150 estabelecido pelo FEHIDRO para encaminhar a deliberação com a indicação dos
151 empreendimentos que serão objeto de financiamento. Os pré-requisitos para inscrição,
152 informou que planos e projetos devem possuir valor mínimo de R\$ 150.000,00 (cento e
153 cinquenta mil reais) e máximo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), enquanto obras
154 devem observar o mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e o máximo de R\$

155 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sendo vedada a aquisição de veículos
156 automotores. Ressaltou que projetos de saneamento, conforme estabelece a lei 11.445,
157 que trata de serviços de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem, devem constar no
158 Plano Municipal de Saneamento e que, com a desestatização da SABESP, municípios
159 com serviços concedidos só podem solicitar recursos de forma reembolsável via
160 concessionária, municípios que têm serviços autônomos podem ser tomadores de
161 recurso para tais atividades. Quanto aos projetos de restauração ecológica, informou a
162 necessidade de área mínima de 5 (cinco) hectares, contíguos ou não, além da
163 apresentação de anuência dos proprietários ou posseiros e do recibo de inscrição no
164 Cadastro Ambiental Rural (CAR). Usuários de recursos hídricos deverão apresentar
165 declaração de adimplência com a cobrança, enquanto não usuários ou isentos deverão
166 apresentar declaração específica fornecida pela Agência SMT. Ressaltou que todos os
167 pleitos devem seguir os termos de referência e roteiros técnicos disponíveis nos *sites* do
168 SIGRH ([link](#)) e do SINFEHIDRO ([link](#)). Quanto aos empreendimentos de educação
169 ambiental, informou que a indicação está condicionada à previsão no Programa de
170 Educação Ambiental aprovado pelo Comitê. Ressaltou, contudo, que o referido plano
171 ainda se encontra em fase de elaboração pela Câmara Técnica de Eventos e Educação
172 Ambiental (CT-EEA) do CBH-SMT, motivo pelo qual esclareceu que não serão aceitos
173 projetos nesta modalidade para o ciclo de 2026 até que o programa específico seja
174 formalmente aprovado. Quanto aos recursos disponíveis, informou sobre a existência
175 de uma deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de 2021, que estabelece
176 os percentuais destinados aos Programas de Duração Continuada (PDC). Ficou definido
177 que os PDCs 1 e 2 receberão, no máximo, 25% dos recursos. Para os PDCs 3 (Qualidade
178 da Água), 4 (Proteção de Recursos Hídricos) e 7 (Drenagem e Eventos Hidrológicos
179 Extremos), o investimento mínimo será de 60%, enquanto os demais PDCs não incluídos
180 nestas categorias receberão os demais 15%. Ressaltou que o Comitê priorizará
181 empreendimentos de interesse geral da bacia e de abrangência regional. Na sequência,
182 informou sobre a existência de dois projetos a serem conduzidos pela fundação: o
183 primeiro, voltado à comunicação social para a gestão de recursos hídricos, no valor de
184 R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); o segundo, destinado à elaboração de
185 material educativo sobre a bacia do SMT para fins de divulgação e mobilização, no valor
186 de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Ressaltou que tais iniciativas visam
187 fortalecer a visibilidade das ações do Comitê e promover o engajamento social na gestão
188 das águas. A Sra. Laura detalhou os critérios comuns de pontuação aplicáveis a todos os
189 projetos. Na sequência, apresentou os critérios gerais de pontuação, destacando
190 pontuação maior para a eficiência no uso dos recursos do FEHIDRO, e para solicitantes
191 que não tenham sido tomadores nos últimos anos. Ressaltou que não haverá pontuação
192 para candidatos com projetos deliberados cujos contratos não foram assinados por
193 descumprimento de prazos ou falta de documentação adequada, bem como para

194 aqueles que tiveram contratos cancelados nos últimos 4 (quatro) anos por
195 descumprimento de cronograma. Esclareceu-se que tais situações não impedem a
196 apresentação de novos projetos, mas impactam o peso da proposta na hierarquização
197 final. Em relação à contrapartida, informou que valores maiores garantem maior
198 pontuação. Ressaltou que o Comitê e a Agência SMT permanecem à disposição dos
199 tomadores para sanar dúvidas e auxiliar na elaboração dos projetos, visando otimizar a
200 pontuação e agilizar os processos de aprovação e contratação. Foi destacada também a
201 pontuação para membros que participem ativamente das reuniões plenárias de 2025,
202 podendo receber até 10 pontos. Na sequência, foram apresentados os critérios de
203 pontuação específico para cada Grupo, que abrangem os PDCs, sendo eles: Grupo 1 PDC
204 1: Bases Técnicas em Recursos Hídricos e PDC 2: Gerenciamento de Recursos Hídricos);
205 Grupo 2 (PDC 3: Qualidade das Águas); Grupo 3 (PDC 5: Gestão da Demanda); Grupo 4
206 (PDC 4: Proteção aos Recursos Hídricos); Grupo 5 (PDC 8: Capacitação e Comunicação
207 Social); e Grupo 6 (PDC 6: Abastecimento e Segurança Hídrica e o PDC 7: Drenagem e
208 Eventos Hidrológicos Extremos). Informou que cada candidato poderá inscrever até três
209 empreendimentos para submissão, análise e hierarquização. Finalizando a
210 apresentação, a Sra. Laura apresentou o Anexo 3 da deliberação, que detalha os índices
211 de cobertura vegetal para cada localidade da Unidade de Gerenciamento de Recursos
212 Hídricos (UGRHI), como critério do Grupo 4 de empreendimentos. A palavra retornou
213 ao Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, que esclareceu o Comitê mantém etapas de
214 avaliação e suporte técnico para auxiliar os municípios e a sociedade civil na adequação
215 de seus projetos às exigências e demandas do colegiado, visando otimizar a qualidade
216 das propostas apresentadas, ressaltou que uma das diretrizes fundamentais do CBH-
217 SMT é a otimização dos recursos, visando não manter saldos em caixa e apoiar o maior
218 número possível de projetos distribuídos pelo território da UGRHI. Observadas as
219 limitações dos PDCs prioritários, informou que o Comitê busca adequar o orçamento
220 para viabilizar o máximo de propostas. Reiterou que o colegiado permanece à disposição
221 dos tomadores para a maturação de ideias e o compartilhamento de experiências de
222 projetos semelhantes já executados. Por fim, destacou que o suporte técnico oferecido
223 tem resultado em altos índices de aprovação e continuidade das propostas nos últimos
224 anos, fortalecendo a gestão dos recursos hídricos na bacia. O Vice-presidente abriu a
225 palavra para manifestações. Não havendo manifestações contrárias, procedeu-se à
226 votação, sendo aprovada a Deliberação CBH-SMT nº 504, de 28 de novembro de 2025.

227 **item 2.4. Apreciação de parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento**
228 **de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI), do CBH-SMT, sobre o empreendimento PCH**
229 **Parque das Lavras, no município de Salto.** O Sr. André Cordeiro Alves dos Santos, como
230 coordenador da CT-PLAGRHI, apresentou a minuta da Deliberação CBH-SMT nº 505, de
231 28 de novembro de 2025. Informou que o documento se fundamenta na PERH Lei nº
232 7.663/91 e na Resolução SMA nº 54/08, que estabelecem a necessidade de

manifestação do Comitê sobre empreendimentos com impacto significativo no regime hídrico. Informou que o projeto, de responsabilidade da empresa Parque Lavras Serviços de Operação SPE Ltda., trata de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de baixa queda no Rio Tietê, aproveitando estruturas de uma antiga usina desativada na década de 1950. A proposta prevê adução pela margem direita hidráulica, barragem de um metro e trinta e cinco centímetros de altura com vertedouro de crista livre, e potência instalada de 12.042 kW para uma vazão de 155 m³/s. Ressaltou que o projeto está vinculado a uma Parceria Público-Privada (PPP) para a manutenção do Parque da Lavra no município de Salto. Quanto ao Parecer Técnico CT-PLAGRHI nº 04/2025, o Comitê reiterou que a localização central em Salto exige um detalhamento mais robusto do Relatório Ambiental Preliminar (RAP), especialmente sobre soluções para o lixo flutuante e demais exigências ambientais do órgão licenciador. Apontou sobre a incerteza sobre a manutenção da oxigenação das corredeiras, visto que a vazão ecológica pode não ser suficiente para evitar o acúmulo de resíduos, estagnação da água e geração de odores em períodos de estiagem. Devido à classificação da água como Classe 3 e ao impacto histórico de lodo de Pirapora do Bom Jesus, exigiu-se um plano detalhado para remoção de resíduos flutuantes e submersos, sugerindo tecnologias complementares como barreiras de bolhas. Destacou a obrigação de preservar o canal de adução, a casa de máquinas e o Parque da Lavra, garantindo o uso da área para lazer, esporte e turismo. Concluiu com a recomendação de que o licenciamento seja monitorado com rigor e reiterou ainda a concordância com o parecer da CETESB que indeferiu a Licença Prévia, indicando que a análise somente poderá ser aprofundada após o aprimoramento técnico do RAP. Ressaltou a necessidade de solução de engenharia robusta para o material sólido carreado pelo Rio Tietê, a atenção rigorosa aos impactos das descargas de fundo de Pirapora do Bom Jesus e a manutenção integral das funções turísticas do parque. Por fim, recomendou a realização de audiências públicas e divulgação clara para desassociar o projeto de propostas antigas rejeitadas. Após a exposição, a deliberação foi colocada em discussão e houve a manifestação contrária do Sr. Francisco Antônio Moschini, representante do INEVAT – Instituto de Estudos Vale do Tietê, que questiona a viabilidade da implantação de hidrelétricas face às novas ofertas de fontes de energia atualmente, como a energia solar e o impacto que obras hidrelétricas causam em uma região bastante desenvolvida e com problemas de degradação ambiental. Também o Sr. Marcelo Naufal Argona, representante da Fundação SOS Mata Atlântica, se manifestou contrário à proposta. A proposta em apreciação foi colocada em votação, sendo aprovada por maioria, com registro de votos contrários do Instituto de Estudos do Vale do Rio Tietê – INEVAT e Fundação SOS Mata Atlântica. Quanto ao item **2.5. Apreciação de minuta de deliberação que aprova parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (CT-PLAGRHI), do CBH-SMT, sobre o empreendimento Loteamento Jequitibá II, localizado no município de Boituva**. O Sr.

272 André Cordeiro Alves dos Santos, como coordenador da CT-PLAGRHI, apresentou a
273 minuta da Deliberação CBH-SMT nº 506, de 28 de novembro de 2025. O documento
274 aprova o parecer técnico sobre a viabilidade do licenciamento do loteamento, projeto
275 de parcelamento de solo de grande porte com área total de 2.681.726,33 m², a ser
276 implantado em duas fases. Durante a exposição, o Sr. André manifestou profunda
277 preocupação com a insuficiência de dados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA),
278 especialmente sobre a confusão entre a "área verde" e a "área de lazer" onde há um
279 projeto para um campo de golfe. Criticou o potencial desperdício de água tratada para
280 irrigação de gramados, apontando que a estimativa de uso de 4 litros por metro
281 quadrado apresentada no EIA é tecnicamente inconsistente, sendo insuficiente para
282 atender à demanda real frente às condições climáticas locais. Ressaltou que o EIA
283 apresenta lacunas graves na área de saneamento, com informações populacionais
284 conflitantes que variam entre 2.347 e 3.760 pessoas, o que impede uma avaliação
285 precisa da infraestrutura necessária para abastecimento e esgotamento. Sobre o
286 atendimento da Sabesp, informou que, após a desestatização, a concessionária firmou
287 contrato para a Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e
288 Esgotamento Sanitário (URAE 1), da qual Boituva faz parte e se comprometeu com o
289 atendimento de coleta e tratamento de esgoto na região, o que teoricamente, eliminaria
290 a necessidade de sistemas isolados de tratamento. Contudo, criticou o fato de a
291 anuência dada pela Sabesp ser imprecisa, validando o abastecimento de água, mas
292 omitindo informações conclusivas sobre o tratamento de esgoto, além de o projeto
293 prever um consumo que excede o volume compromissado pela companhia. O Comitê
294 questionou ainda a manutenção da área de golfe, exigindo esclarecimentos sobre a rede
295 de drenagem, o plano de irrigação e o uso de fertilizantes e agrotóxicos (herbicidas,
296 inseticidas e fungicidas). Como alternativa sustentável, foi sugerida a elaboração de um
297 projeto de captação de água de chuva e reuso para reduzir a dependência de fontes de
298 água potável. O parecer condiciona a viabilidade do empreendimento à revisão integral
299 do EIA e à atualização do Plano Municipal de Saneamento de Boituva, que utiliza
300 projeções populacionais defasadas frente ao Censo 2022. O Sr. Oscar Vieira, convidado,
301 manifestou preocupação com a bacia hidrográfica como um todo, ressaltando o grande
302 volume de loteamentos em implantação diante de um cenário de déficit hídrico já
303 existente. Pontuou a necessidade de reflexão, articulação e planejamento, visto ser um
304 fato que não há disponibilidade hídrica para atender a todos os novos empreendimentos
305 de forma desordenada. Enfatizou que a aceleração do mercado imobiliário atual se
306 concentra na região, especialmente ao longo do eixo da Rodovia Castello Branco,
307 afetando municípios da Bacia SMT como Porto Feliz, Boituva, Tatuí e Sorocaba, que
308 recebem a demanda não atendida mais em áreas como Campinas e São José dos
309 Campos. Relembrou o histórico dos 30 anos do Comitê, citando exemplos em que o
310 colegiado foi desrespeitado, como no caso do aeroporto em São Roque, onde nascentes

311 foram aterradas de forma grotesca. Propôs que o Comitê elabore uma deliberação para
312 que novos empreendimentos sejam condicionados a pareceres técnicos que
313 comprovem a real existência de água para o abastecimento, além de exigir trabalhos
314 efetivos de preservação de nascentes e planejamento rigoroso, visando mitigar o
315 impacto do crescimento populacional sobre os recursos hídricos já escassos na bacia. O
316 Sr. André agradeceu o posicionamento e ressaltou a dificuldade enfrentada pelo Comitê
317 quando concessionárias atestam viabilidades técnicas que não condizem com a
318 realidade hídrica local, citando o caso da Sabesp em Boituva. Alertou que o município já
319 enfrenta problemas de abastecimento e que a entrada de novos empreendimentos de
320 alto padrão, com consumo acima da média, agrava o cenário. Enfatizou que a gestão do
321 recurso hídrico é, em última instância, responsabilidade das prefeituras por meio do
322 controle da ocupação urbana e preservação de mananciais, e não apenas das
323 concessionárias. Salientou que a região não possui abundância de águas superficiais ou
324 subterrâneas, o que impõe a necessidade de estabelecer limites para a expansão urbana
325 acelerada verificada em municípios como Porto Feliz, Boituva e Sorocaba. O Sr. Oscar
326 reforçou a urgência de um planejamento que contemple a adequação e ampliação de
327 reservatórios, além da preservação rigorosa de nascentes, ponderando que o
328 crescimento não é impossível desde que seja planejado. Citou a situação crítica do Rio
329 Sarapuí, que apresenta vazões extremamente reduzidas em períodos de estiagem, e
330 mencionou a pressão externa de outras regiões, como São Paulo, sobre os mananciais
331 locais. O Sr. André reiterou que o Rio Sarapuí já sofre com o sobrecarregamento de
332 demandas provenientes de outros municípios, como Salto de Pirapora, e defendeu que
333 a sensibilização dos gestores municipais é a discussão central do Comitê. Reiterou que
334 a sensibilização dos municípios sobre os limites do crescimento é a discussão central do
335 Comitê, alertando que o modelo de crescimento indefinido é insustentável. Concluiu
336 reforçando que o planejamento deve ser repensado urgentemente em função das
337 mudanças climáticas. Dando prosseguimento aos debates, o Sr. Waldnir Gomes
338 Moreira, Secretário Executivo Adjunto do CBH-SMT, solicitou a palavra para realizar uma
339 complementação que considerou fundamental para as equipes técnicas e prefeitos
340 presentes, especificamente os atendidos pela Sabesp. Alertou que, ao receberem
341 solicitações para novos loteamentos ou condomínios, as prefeituras devem observar
342 obrigatoriamente o Contrato nº 01/2024, assinado entre a Sabesp e a URAE 1,
343 esclareceu que este contrato estabelece quais bairros estão contemplados com a
344 ampliação ou implantação de redes de água e esgoto, tratando especificamente da
345 universalização dos serviços. Ressaltou que muitas diretrizes de loteamentos ainda em
346 circulação foram emitidas pela Sabesp entre 2021 e 2023, período anterior à existência
347 deste contrato. Portanto, pontuou que, caso esses empreendimentos estejam a solicitar
348 dispositivos individuais de tratamento, os projetos deverão ser revistos para convergir
349 com o estabelecido no Contrato 01/2024, implementando redes coletoras e de

350 distribuição que permitam o prosseguimento da universalização. Finalizou conclamando
351 a união de todos na observância dessas normas para que a bacia possa alcançar a meta
352 de universalização do saneamento. Não havendo manifestações, a matéria foi colocada
353 em votação. Verificada a ausência de votos contrários ou abstenções, a Deliberação
354 CBH-SMT nº 506/2025 foi declarada aprovada por unanimidade. Em seguida, sobre o
355 item de apresentação **2.6. Apreciação de minuta de deliberação que indica**
356 **representantes do CBH-SMT para compor o Fórum Paulista de Comitês de Bacias**
357 **Hidrográficas (FPCBHs) e dá outras providências**, o Sr. André Cordeiro introduziu o
358 tema, informando que o Fórum Paulista de CBHs é uma entidade que congrega todos os
359 comitês de bacia do estado de São Paulo, e passou a palavra ao Sr. Waldnir Gomes
360 Moreira para os esclarecimentos técnicos, que lembrou que na plenária do mês de
361 março foi aprovada uma deliberação indicando representantes para o Fórum Paulista.
362 Naquela ocasião, a composição contava com um representante de cada segmento do
363 CBH-SMT. Contudo, o Sr. Gomes ressaltou que, entre os 21 comitês de bacia do estado,
364 apenas o CBH-SMT não havia indicado a sua Diretoria como seus representantes.
365 Explicou que, para que o comitê tenha uma representação junto ao Fórum Paulista da
366 mesma maneira que os outros 21 comitês, tornou-se necessária a aprovação desta nova
367 deliberação. A proposta indica a diretoria do CBH-SMT como representantes no FPCBH,
368 sendo eles: o presidente, Prefeito Quevedo; o vice-presidente, André Cordeiro; a
369 secretária-executiva, Laura Stela Naliato; e o secretário-executivo adjunto, Waldnir
370 Gomes Moreira. O Sr. André Cordeiro consultou o plenário se alguém gostaria de fazer
371 algum comentário ou tirar alguma dúvida sobre a deliberação e não havendo colocou a
372 matéria em votação. Verificada a ausência de manifestações, declarou a deliberação
373 aprovada por unanimidade. O próximo item de pauta é **2.7. Apreciação de minuta de**
374 **deliberação que aprova a adesão do colegiado ao Programa de integração dos planos**
375 **de bacias e do plano estadual de recursos hídricos – IntegraBacias no âmbito da**
376 **elaboração integrada dos planos de bacias hidrográficas e do PERH 2028-2031 e dá**
377 **outras providências** O Sr. André Cordeiro passou a palavra à Sra. Laura, que iniciou a
378 exposição explicando que o Programa IntegraBacias é uma parceria entre a Agência SP
379 Águas e a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), e que a partir
380 daquela semana passou a ser uma proposta estratégica do Governo do Estado,
381 contando ainda com a articulação junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento
382 Básico (ANA) em função dos planos de bacias de rios de domínio federal. Informou que
383 o projeto será conduzido como um projeto do Comitê Coordenador do Plano Estadual
384 de Recursos Hídricos (PERH) e dispõe de um montante de 20 milhões de reais para
385 investimento. Esclareceu que este recurso é proveniente da compensação financeira
386 distribuída entre os comitês de bacias que, por não terem sido utilizados durante o ano
387 após todas as indicações, retornam para o FEHIDRO; ressaltou que, caso não seja
388 utilizado até o dia 31 de dezembro, o recurso retorna para a Secretaria da Fazenda e o

389 sistema de recursos hídricos perde esse montante. Pontuou que o valor demonstra uma
390 falta de eficiência dos comitês na utilização dos recursos, os quais serão agora aplicados
391 nesse programa conjunto com todos os 21 comitês de bacia do Estado. A tomadora do
392 recurso será a SP Águas e a SEMIL atuará como fiscal do contrato e os comitês
393 participarão da produção, acompanhamento e validação de todos os produtos obtidos
394 ao longo do programa. O programa é voltado à integração e ao aprimoramento da
395 gestão integrada, adotando a bacia hidrográfica como um todo e passando a trabalhar
396 com vertentes. No caso específico, além dos seis planos de bacia da região do Tietê,
397 haverá o plano da vertente do Tietê, promovendo a associação entre os seis comitês
398 para discutir dados de exutório, contas de entrega de uma bacia para a outra e as
399 responsabilidades mútuas de forma abrangente. Enfatizou a necessidade de
400 conversação com o Plano Estadual de Recursos Hídricos para que não sejam
401 instrumentos independentes, adotando uma metodologia unificada de planejamento e
402 diagnóstico da realidade de cada UGRHI. Com isso, espera-se que a integração entre os
403 diversos planos seja maior, facilitando a visão integrada e conectada entre elas,
404 principalmente quando analisado por vertente, como no caso do Rio Tietê. Em seguida,
405 destacou a busca pela efetivação do enquadramento dos corpos d'água, lembrando que
406 o decreto vigente de 1977 está desatualizado para algumas regiões; defendeu que o
407 plano deva analisar o que é necessário para que um rio alcance a classe para a qual foi
408 enquadrado ou se será necessário reenquadrá-lo face à realidade atual, mantendo o
409 foco tanto nas bacias críticas quanto em temas prioritários para as vertentes e para o
410 Estado. Afirmou que o programa visa o aprimoramento da participação regional na
411 gestão nacional e estadual. Relatou que o processo teve início com seis oficinas
412 conjuntas por vertentes em todo o estado, com mais de cem participantes, envolvendo
413 secretarias executivas e coordenadores de câmaras técnicas, onde foram discutidos os
414 pontos positivos e negativos dos planos atuais e as expectativas para o futuro. Quanto
415 à operacionalização, informou que todos os comitês devem elaborar um termo de
416 referência que preveja metodologias participativas, recursos para capacitação,
417 indicadores de performance e gestão da informação. Explicou a concepção de um
418 conteúdo comum para todos os planos, onde cada bacia discutirá as especificidades de
419 sua região através de um roteiro específico, evitando um documento padrão que não
420 atenda às realidades distintas. A elaboração contará com equipes multidisciplinares e
421 participação ativa dos atores locais. Na implementação, o objetivo é fortalecer o diálogo
422 institucional, investir em divulgação e estruturar o Conselho Estadual de Recursos
423 Hídricos (CRH) como instância de monitoramento participativo e avaliações periódicas
424 para retroalimentar o ciclo de decisões. A Sra. Laura informou que o objetivo central é
425 a condução da elaboração e a implementação integrada dos planos de bacias, das
426 vertentes e do plano estadual, e como objetivos específicos, destacou a aplicação de
427 instrumentos de gestão de forma integrada e adaptativa junto aos diferentes setores,

além do alinhamento do planejamento hídrico em todas as instâncias de governança. Ressaltou a importância de valorizar os comitês e suas capacitações como espaços legítimos de governança da água, visando construir uma visão de futuro consensual para investimentos, pactos, ações e decisões em um documento de médio e longo prazo, enfatizando a inclusão da participação social em todo o processo. O primeiro momento consistirá em um projeto-piloto no período de 2028 a 2035 para testar a metodologia e obter os primeiros produtos, visando uma fase mais sólida entre os anos de 2036 e 2051. A Sra. Laura destacou que o processo de pactuação incluiu apresentações on-line e uma reunião intercâmaras do CBH-SMT presencial em Sorocaba no dia 6 de novembro, que contou com presença expressiva dos membros. informou que a operacionalização do projeto dispõe de quase 20 milhões de reais, exigindo adesão formal via deliberação. Ressaltou que a minuta de adesão inclui a proposta da SP Águas ao CONFEHIDRO como anexo, garantindo transparência sobre valores e condições. O compromisso dos comitês envolve a elaboração conjunta de documentos licitatórios, acompanhamento técnico e aprovação dos produtos. Por fim, destacou a articulação com a ANA para alinhar a metodologia e o conteúdo dos planos em bacias federais. Em seguida, detalhou o cronograma do programa, destacando a articulação com as vertentes em outubro, o início das discussões licitatórias em novembro e as deliberações do COFEHIDRO e CRH em dezembro para a destinação de recursos. Informou que o prazo para contribuições ao roteiro preliminar foi prorrogado de 24 de outubro para fevereiro de 2026. A previsão é que uma minuta qualificada do documento licitatório seja discutida entre janeiro e abril, prazo final para o início da licitação. Por fim, indicou que a adesão formal ocorre via deliberação e que o Grupo de Trabalho Unidade Gestora de Projetos (GT-UGP) será o grupo responsável pelo acompanhamento técnico das atividades. O Sr. André Cordeiro apresentou uma visão ponderada sobre o programa, destacando como principal vantagem o fato de o recurso ser externo ao orçamento ordinário do comitê, embora tenha questionado se o montante de 20 milhões de reais será suficiente para todo o Estado. Enfatizou que o ganho principal será a unificação de dados, essencial para uma bacia integrada a outros CBHs como a SMT e que recebe influência direta do PCJ e do Alto Tietê. Alertou que a participação de todos é vital até abril de 2026 para influenciar o que será licitado, evitando que o plano ignore a realidade local. Informou que o GT-UGP é coordenado pelo Prof. Mauro Tomazela, representante da FATEC. Sobre a centralização, confirmou que a SP Águas será a única tomadora e responsável pela contratação, cabendo ao comitê a fiscalização do processo. Após os esclarecimentos, a adesão ao programa foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Partindo para o último item de pauta, **2.8. Moção de apoio ao fortalecimento e à manutenção do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo – SIGRH**, o Sr. André Cordeiro contextualizou informando que desde o início das discussões sobre o Programa Integra Tietê e em outros âmbitos do Sistema Integrado

467 de Gerenciamento de Recursos Hídricos do estado de São Paulo (SIGRH), têm surgido
468 ideias voltadas à centralização de processos e à consequente perda da autonomia dos
469 comitês de bacia. Ressaltou que a descentralização e a autonomia são fundamentais na
470 política estadual de recursos hídricos. Diante desse cenário, informou que a diretoria
471 propôs a elaboração de uma moção de apoio para o fortalecimento do SIGRH,
472 enfatizando que não se trata de um documento contra instituições, mas a favor do
473 modelo de gestão. Destacou a evolução na qualidade dos trabalhos do CBH-SMT, e que
474 após a criação da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê
475 (FABH-SMT), defendeu que a Agência deve ser aperfeiçoada e receber o suporte
476 necessário para o seu crescimento, contrapondo-se a qualquer iniciativa que vise
477 enfraquecer sua atuação. O Sr. André Cordeiro procedeu à leitura na íntegra da minuta
478 da moção, a ser enviada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), na qual o
479 CBH-SMT manifesta apoio integral à Lei Estadual nº 7.663/1991. O documento reafirma
480 que a gestão descentralizada, a autonomia dos comitês e a participação tripartite são os
481 meios mais eficazes para o planejamento do gerenciamento de recursos hídrico. A
482 moção destaca o papel crucial da FABH-SMT como entidade executiva que garante o
483 suporte técnico, a expertise e a gestão transparente dos recursos da cobrança,
484 essenciais para a implementação de projetos na bacia. A moção aprovada solicita o
485 fortalecimento da gestão descentralizada e das fundações agência, exigindo respeito à
486 autonomia dos comitês e rejeitando imposições unilaterais. O Sr. André Cordeiro
487 defendeu uma articulação unificada entre os comitês que possuem agência
488 (Sorocaba/Médio Tietê, PCJ e Alto Tietê) e criticou o relatório da COBRAPE/Banco
489 Mundial por priorizar a redução de custos em detrimento da qualidade do
490 gerenciamento. Informou que sendo aprovado, o documento será levado e entregue na
491 próxima reunião do CRH prevista para o dia 18 de dezembro. A moção foi aprovada por
492 unanimidade. Colocada em votação, a moção foi aprovada por unanimidade pelo
493 plenário. Quanto aos **Informes**, o primeiro foi referente à revisão do PA/PI e ao Relatório
494 de Situação, em que o Sr. André Cordeiro informou que a aprovação ocorrerá via
495 deliberação *ad referendum* em função do atraso no recebimento dos dados necessários
496 encaminhados pelo órgão estadual. Informou que a próxima reunião da CT-PLAGRHI
497 está agendada para o dia 10 de dezembro, às 9h, em formato on-line, na qual os dois
498 itens serão apreciados. Outra questão foi sobre a crise de abastecimento público no
499 município de Mairinque. O Sr. André relatou que a Diretoria do CBH-SMT está
500 acompanhando a questão com a análise do decreto de calamidade pública no município
501 e esclareceu que, após reunião com o secretário de meio ambiente daquele município,
502 constatou-se que o problema no Rio Fiscal não foi causado pelo nível da Represa de
503 Itupararanga, mas por barramentos não outorgados para irrigação construídos a
504 montante da captação. Com a abertura desses barramentos, a situação foi normalizada,
505 mas o comitê segue monitorando as ações implementadas pelo município como o

pedido de outorga emergencial para captação provisória na Represa de Itupararanga, junto à SP Águas, e avalia possíveis impactos na regra operativa da represa. Quanto ao convênio com a UFSCar para curso de mestrado profissional, destacou o sucesso do programa de mestrado em sustentabilidade, que possui reserva de vagas para membros do CBH-SMT. Na sequência, a palavra foi concedida à Sra. Giovana Hidalgo Oliveira, Chefe de Meio Ambiente do município de São Roque, para apresentar informe sobre o projeto desenvolvido pelo Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE) no âmbito do programa Euroclima Mais. A Sra. Giovana Hidalgo Oliveira, Chefe de Meio Ambiente de São Roque e coordenadora do CIOESTE, iniciou sua fala apresentando o consórcio, que reúne 14 municípios da região Oeste Metropolitana e detém o maior PIB entre os consórcios do Brasil, com a missão de fomentar o desenvolvimento sustentável regional. Sobre o projeto de adaptação às mudanças climáticas, explicou que a iniciativa teve caráter binacional, incluindo a região e o município de Córdoba, na Argentina, e com financiamento da União Europeia pelo programa Euroclima Mais e com execução realizada pela Agência Francesa de Desenvolvimento. O estudo realizou levantamentos em campo para lidar com eventos climáticos extremos, como ondas de calor e inundações. O foco principal foi a resiliência climática para crises hidrológicas, visando reduzir vulnerabilidades e propor recomendações para a adaptação tanto ao risco de inundação quanto ao risco de seca. O projeto foi desenvolvido em quatro fases, começando pelo diagnóstico territorial e consolidação de dados coletados em diversos órgãos. A partir disso, definiram-se três áreas piloto em zonas limítrofes para atingir mais municípios: entre Osasco e Carapicuíba (km 21 da Raposo Tavares), o Jardim Mutinga em Barueri e o bairro Guaçu em São Roque, além da *Villa El Libertador* em Córdoba na Argentina. Foram priorizadas áreas densamente urbanizadas e zonas com potencial de adaptação preventiva. A metodologia utilizou simulação hidrológica e hidráulica detalhada utilizando-se um *software* “MIKE+”, que modelou o comportamento das águas pluviais, o escoamento superficial e a interação com os cursos d’água em cenários de tempo de retorno de 5, 10 e 50 anos. Com base nesses mapas de manchas de inundação, o estudo entregou projetos detalhados de engenharia hidráulica e urbanísticos focados em Soluções Baseadas na Natureza (SBN), como corredores de escoamento naturalizados, bueiros sobre vias, áreas públicas inundáveis multifuncionais (parques alagáveis que mantêm utilidade fora do período de chuvas) e a redução de superfícies impermeáveis. Na terceira fase, focada na resiliência municipal, realizou-se um diagnóstico detalhado com as Defesas Civas, que realizou visitas aos prédios públicos. Durante essas vistorias, as equipes mediram fisicamente até onde a água poderia subir em eventos extremos, permitindo a simulação de danos e a proposição de soluções práticas para prevenir e reagir às ocorrências. Giovana ressaltou que a análise não se limitou ao aspecto estrutural, incluindo uma classificação por pontuação de vulnerabilidade que levou em

545 conta o contexto do uso do edifício, a existência de refúgios e fatores socioeconômicos
546 da população local, dado que o nível de renda influencia diretamente a capacidade de
547 resposta. Essa etapa foi fundamental para capacitar os órgãos públicos a replicarem a
548 metodologia em outras edificações fora das áreas piloto. A quarta fase tratou
549 especificamente do risco da seca, com o objetivo de apoiar gestores e servidores na
550 compreensão da escassez hídrica. O estudo analisou os recursos disponíveis e os
551 principais usos da água nas cidades, utilizando modelagem hidrológica matemática e
552 programação para configurar fluxos e prever situações críticas de abastecimento. A Sra.
553 Giovana destacou que o projeto proporcionou à região o acesso a tecnologias avançadas
554 de monitoramento e decisão que, muitas vezes, não estão disponíveis nem mesmo no
555 âmbito acadêmico das universidades locais. Ao finalizar, enfatizou que o projeto
556 entregou projetos de engenharia detalhados, prontos para a captação de recursos e
557 implementação imediata, com especial incentivo às obras que utilizam Soluções
558 Baseadas na Natureza. Informou que a entrega oficial ocorreu em abril na sede do
559 Consórcio ABC e que o acervo completo, contendo centenas de documentos, mapas e
560 anexos técnicos, está disponível para consulta pública no *site* da CIOESTE ([link](#)). A Sra.
561 Giovana encerrou reforçando o convite para que os municípios e o comitê trabalhem
562 em conjunto na implementação regional dessas soluções, agradecendo a atenção de
563 todos. Em seguida a palavra foi passada ao Sr. Tiago Valentim Georgette, Diretor Técnico
564 da FABH-SMT, que reforçou a necessidade de capacitação dos membros para o
565 cumprimento das metas do programa Procomitês. Solicitou que os certificados de
566 cursos realizados em 2025 nas áreas de meio ambiente e recursos hídricos sejam
567 enviados ao e-mail da Fundação para contabilização. Recomendou, ainda, o portal da
568 Escola Virtual de Governo, que oferece cursos gratuitos da ANA, destacando que a
569 qualificação técnica é fundamental para a efetiva participação no comitê. Na sequência,
570 informou sobre a participação de representantes do CBH-SMT e FABH-SMT em reuniões
571 do CRH em setembro e novembro, com destaque para a aprovação do Programa
572 Permanente de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos - Capacita-SIGRH e as
573 discussões sobre a revisão da cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio
574 estadual. Relatou a realização do encontro "Aquíferos e nascentes, soluções para o
575 abastecimento público", organizado pelo Grupo de Águas Subterrâneas no município de
576 Capela do Alto, no dia 19 de setembro. O evento reuniu 90 participantes para discutir
577 os desafios da captação de águas subterrâneas frente à baixa disponibilidade hídrica na
578 bacia do SMT, incluindo uma visita técnica a uma nascente local. Destacou também a
579 realização da III Conferência da Despoluição do Rio Tietê, ocorrida em Salto nos dias 21
580 e 22 de setembro. O primeiro dia contou com engajamento comunitário sobre a
581 qualidade da água, enquanto o segundo reuniu técnicos e lideranças no Teatro
582 Municipal "Palma de Ouro" para discutir soluções. Na sequência, o Sr. Tiago realizou a
583 prestação de contas da Agência SMT, que atualmente gerencia três contratos

584 financiados pelo FEHIDRO: a elaboração de diretrizes para a integração do planejamento
585 das UGRHs da bacia do Rio Tietê; o desenvolvimento de ações de comunicação para o
586 CBH-SMT; e a segunda fase dos serviços especializados de apoio à gestão e fiscalização
587 dos usos de recursos hídricos na bacia. Sobre o projeto Integra Tietê, informou que se
588 trata de uma iniciativa conjunta dos seis comitês da vertente do Rio Tietê, sendo a
589 Agência SMT a responsável pela execução do único projeto da vertente atualmente em
590 andamento. O estudo está na fase de conclusão do Produto 4, propondo diretrizes
591 técnicas e arranjos institucionais para compatibilizar a gestão. Identificou-se que a falta
592 de padronização em critérios de vazão e bases cartográficas entre os comitês dificulta a
593 gestão integrada dos recursos hídricos, servindo este trabalho de subsídio para o
594 programa estadual IntegraBacias. Ressaltou o empenho da agência e da Secretária
595 Executiva, Sra. Laura, na coordenação e mobilização das secretarias executivas dos
596 demais comitês. Quanto às ações de comunicação, reforçou o pedido para que os
597 membros compartilhem os conteúdos do comitê nas redes sociais e anunciou o futuro
598 lançamento do *site* oficial do Comitê. Sobre o apoio à gestão e fiscalização da bacia (Fase
599 2), o Sr. Tiago informou que a equipe alocada na SP-Águas vem atuando em apoio ao
600 órgão gestor e alcançando resultados como 311 ações de fiscalização e 1.730 análises
601 realizadas. Não houve informes por parte dos representantes do Estado e dos
602 Municípios. Da Sociedade Civil, a Sra. Viviane Rodrigues de Oliveira, representante da
603 OSCIP SOS Itupararanga, manifestou sua preocupação quanto a abertura de processos
604 administrativos junto à Prefeitura de Ibiúna visando à obtenção de certidões de uso e
605 ocupação do solo para dois empreendimentos de mineração de areia em áreas de
606 preservação da APA Itupararanga. O primeiro projeto situa-se na várzea do Rio
607 Sorocamirim, manancial estratégico para o abastecimento público do município de São
608 Roque. A representante ressaltou que a proposta incide sobre área objeto de litígio
609 judicial e que o Conselho Gestor da Unidade de Conservação já emitiu, em ocasiões
610 anteriores, pareceres desfavoráveis à atividade no local, dada a sensibilidade ambiental
611 da zona limítrofe entre os municípios de Ibiúna e Cotia. O segundo pleito refere-se a
612 uma área de lavra de aproximadamente 50 hectares na calha e várzea do Rio Sorocaba,
613 nas proximidades da ponte de acesso ao município de Mairinque e da Estação de
614 Tratamento de Esgoto (ETE) de Ibiúna. A Sra. Viviane demonstrou, por meio de registros
615 de eventos climáticos pretéritos, que a referida zona constitui área natural de inundação
616 essencial para a regulação hídrica e formação do reservatório de Itupararanga. Alertou
617 que, embora os processos tramitem na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, não
618 foram apresentados projetos técnicos detalhados sobre os métodos de extração,
619 constando apenas documentação fundiária e qualificações dos proponentes. Diante do
620 risco à segurança hídrica e à integridade dos ecossistemas de cabeceira, a representante
621 informou que a SOS Itupararanga oficiou o Executivo Municipal de Ibiúna solicitando o
622 sobrestamento de qualquer anuência ambiental ou certidão de uso do solo até que os

623 órgãos colegiados se manifestem formalmente. Apelou aos membros do CBH-SMT e ao
624 Conselho Gestor da APA para que reafirmem a posição histórica de oposição a tais
625 empreendimentos, em consonância com deliberações anteriores deste colegiado. Ao
626 concluir sua intervenção, a Sra. Viviane apresentou o material educativo "Jogo da APA",
627 desenvolvido com recursos do FEHIDRO e suporte do CBH-SMT. O projeto pedagógico,
628 destinado às instituições de ensino dos oito municípios da APA, integra o uso de
629 tecnologias digitais para a disseminação de informações sobre a preservação da bacia.
630 Complementando o debate sobre a mineração em Ibiúna, o Sr. André Cordeiro prestou
631 um esclarecimento técnico sobre as competências do Comitê. Explicou que, embora o
632 colegiado tenha restrições para negar processos de licenciamento quando demandado
633 diretamente por órgãos estaduais como a CETESB ou a SEMIL (em processos de
634 licenciamento específicos), o Comitê tem plena autonomia para manifestar-se de forma
635 desfavorável quando a demanda parte de outros entes, como prefeituras ou o Conselho
636 Gestor da APA. Ressaltou que a extração de areia nas cabeceiras do Rio Sorocaba
637 compromete a lógica da gestão hídrica, destacando que a prerrogativa final de uso e
638 ocupação do solo cabe ao município. Em seguida, o Sr. Francisco Antônio Moschini,
639 representante do INEVAT, reforçou a crítica à atuação de órgãos federais e reguladores,
640 como a Agência Nacional de Mineração (ANM, antigo DNPM) e a Agência Nacional de
641 Energia Elétrica (ANEEL), afirmando que tais instituições frequentemente emitem
642 decisões de gabinete sem conhecer a realidade local. Criticou a subordinação dos
643 interesses das comunidades regionais a pareceres técnicos distantes da prática,
644 alertando que empreendedores muitas vezes aguardam a desmobilização do CBH para
645 avançar com projetos de alto impacto, como loteamentos e mineradoras. Na sequência,
646 a Sra. Lauren Ellen da Silva, representante da Associação Nacional das Concessionárias
647 Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON), realizou um convite geral para
648 o primeiro workshop da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SAN) do CBH-SMT,
649 agendado para o dia 18 de janeiro na sede da concessionária Águas de Votorantim. O
650 evento abordará tecnologias de saneamento, índices de perdas e qualidade da água,
651 contando com a participação de promotores do Ministério Público (GAEMA) para
652 discutir o saneamento em áreas irregulares. O convite foi estendido a todos os membros
653 do CBH-SMT. Antes do encerramento, o Sr. Gomes, em nome do presidente Dr.
654 Quevedo, proferiu uma mensagem de agradecimento a todos os membros das Câmaras
655 Técnicas pelo trabalho realizado ao longo do ano. Desejou votos de boas festas e um
656 próspero ano de 2026, celebrando os avanços obtidos pela gestão do Comitê. Por fim, o
657 Sr. André Cordeiro agradeceu à Prefeitura de Itu pela recepção e aos conselheiros que
658 permaneceram até o final da sessão, destacando que a persistência do grupo é o que
659 garante a proteção da bacia. Sem mais assuntos, a reunião foi encerrada.

660

661 **Relação dos membros presentes na reunião plenária**

Entidade	Segmento	Representante	Titular/ suplente
CETESB	Estado	Rosângela Aparecida César	Titular
SP Águas	Estado	Felipe Gobet de Aguiar	Titular
SP Águas	Estado	Julia Octaviano Noale	Suplente
Fundação Florestal	Estado	Waldnir Gomes Moreira	Titular
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	Estado	Célio Soares de Souza	Titular
SEMIL	Estado	Laura Stela Naliato Perez	Titular
Mairinque	Município	Carlos Eduardo Thomaz Pedroso / Repres. Procuração: Mário José Nogueira	Suplente
Araçoiaba da Serra	Município	Ana Paula de Cássia Netto	Titular
Cesário Lange	Município	Ramiro de Campos / Repres. Procuração: Rosa Helena Miranda Arruda	Suplente
Boituva	Município	Edson José Marcusso / Repres. Procuração: Carlos Rodolfo Araújo Cruz	Titular
Porangaba	Município	João Carlos Alves Barros	Suplente
Sarapuá	Município	Gustavo de Souza Barros Vieira	Suplente
Jumirim	Município	Daniel Vieira	Titular
Ibiúna	Município	Mario Pires de Oliveira Filho	Suplente
Itu	Município	Herculano Castilho Passos Junior	Suplente
Votorantim	Município	Weber Maganhato Junior / Repres. Procuração: Luiz Carlos Correa	Titular
São Roque	Município	Marcos Augusto Issa Henriques de Araujo / Repres. Procuração: Giovanna Idalgo	Titular
Salto	Município	José Geraldo Garcia / Repres. Procuração: José Antonio Luciano	Titular
Sorocaba	Município	Fernando Martins da Costa Neto / Repres. Procuração: Vinicius Matheus Aparecido Poppst Raineri	Titular
Cotia	Município	Wellington Formiga	Suplente
Tietê	Município	José Carlos Regonha Junior // Repres. Procuração: João Paulo Mariano Godinho	Titular
Cabreúva	Município	Naomi Bernardes	Suplente
Capela do Alto	Município	Henrique Daniel Leme	Titular
Associação de Engenheiros, Arquitetos e	Sociedade Civil	Paulo Takeyama	Titular
Rotary Club de Sorocaba Novas Gerações	Sociedade Civil	Rosa Maria Andrade Colicchio	Suplente
CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	Sociedade Civil	Rafael de Carvalho Pinto	Suplente

(Diretoria Regional de Botucatu)			
CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Diretoria Regional de Sorocaba)	Sociedade Civil	Eva Alexandra Correa Paulino	Titular
Associação Escola e Cultura em Foco	Sociedade Civil	Marcelo Pereira do Nascimento	Suplente
INEVAT – Instituto de Estudos Vale do Tietê	Sociedade Civil	Francisco Antônio Moschini	Titular
ABCON - Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento	Sociedade Civil	Lauren Ellen da Silva	Titular
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público SOS Itupararanga	Sociedade Civil	Viviane Rodrigues de Oliveira	Suplente
Fundação SOS Mata Atlântica	Sociedade Civil	Marcelo Naufal Argona	Titular
ASAS - Associação pela Sustentabilidade de Araçoiaba da Serra	Sociedade Civil	Teresa Cristina Costa Barretto	Titular
Grupo Alerta - Associação dos Legionários em Defesa a Ecologia na Região de Tatuí	Sociedade Civil	Ademir Cleto de Oliveira	Titular
FATEC - Faculdade de Tecnologia de Votorantim	Sociedade Civil	Mauro Tomazela	Suplente
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba	Sociedade Civil	André Cordeiro Alves dos Santos	Suplente

José Carlos de Quevedo Junior

Presidente do CBH-SMT

André Cordeiro Alves dos Santos

Vice-presidente do CBH-SMT

Laura Stela Naliato Perez

Secretária Executiva do CBH-SMT

Waldnir Gomes Moreira

Secretário Executivo-adjunto do CBH-SMT